



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

REQUERENTE: *DANIELA APARECIDA DE CARVALHO DA SILVA.*

Processo impugnação nº 16609/2024

Processo Licitatório: 015113/2024

Referente ao:

PREGÃO Nº: 056/2024

DATA DA ABERTURA: 05 de dezembro de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LINKS INTERNET*

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço global, para PRONTA CONTRATAÇÃO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 14/11/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 15/11/2024, além de ficar disponível para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela Requerente *DANIELA APARECIDA DE CARVALHO DA SILVA*, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 29 de novembro de 2024, as 16:42 horas e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 16609/2024 (Flowdocs).

DO PEDIDO

A impugnante informa que teve acesso “ao processo administrativo nº 15113/2024, que foi encaminhado por este governo à Comissão de Transição para o novo governo eleito,” e, que ao verificar o processo, constatou-se as três pesquisas de preços realizadas por meio de fornecedores, de acordo com o art. 23, IV, da Lei nº 14.133/21

A impugnante informa, também que, “observou-se que uma das empresas, C-COM TELECOM SERVIÇOS LTDA, já presta serviços ao Município, através do contrato nº 112/2020, conforme mencionado na cláusula 1.3 do edital, tendo ofertado preço no valor de R\$ 40.769,60 mensais. O valor do contrato 112/2020 com a empresa C-COM TELECOM SERVIÇOS LTDA foi de R\$330.000,00 anual, conforme extrato publicado no DO dia 24 de Abril de 2020, tendo sido aditivado esse valor em 25% , conforme corrigenda publicada no DO dia 31/03/2022, que atinge o valor de R\$ 412.500,00 anuais, sendo R\$ 34.375,00 mensais, o que demonstra elevação do preço do serviço em R\$6.394,60 mensais, sem a Administração justificar o aumento do preço, considerando que foi estimado preço médio anual de R\$43.326,27, que eleva o valor para R\$7.991,27, fato que demonstra desvantagem de preço para a administração. Outro ponto relevante e mais grave é que a segunda empresa que apresentou o preço para a cotação foi a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

ACESSA TELECOMUNICAÇÕES LTDA no valor de R\$43.849,60 mensal, o que causou surpresa, uma vez que esta empresa, ao que parece, pertence ao mesmo dono da empresa C-COM TELECOM SERVIÇO LTDA, conforme publicado pelo representante legal da empresa CCOM TELECOM no facebook no dia 21/11/24, que postou o seguinte: ***A CCOM TELECOM, uma das maiores da região serrana em sua área de atuação realizou a aquisição da ACESSA TELECOM”, um provedor de internet situado na zona da mata mineira com 3200 clientes,*** finaliza a requerente apresentando print de tela da postagem feita no facebook.

Continua a impugnante em suas argumentações: “

A pesquisa realizada não obedeceu um dos princípios norteadores da Administração Pública, que é o da IMPESSOALIDADE. E, pior, a pesquisa foi feita no intuito de beneficiar a atual empresa contratada, pois se não fosse assim, não haveria a necessidade de uma empresa do “mesmo dono” apresentar proposta, o que por si só **ANULA** o presente procedimento licitatório, sem mencionar as graves consequências legais advindas da suposta fraude realizada. Além dos fatos acima narrados, é de conhecimento desta Administração que o Senhor Bernard de Oliveira Casamasso, ex-Secretário de Planejamento e de Chefe de Gabinete, que atuou neste governo desde 01/01/2017 até 08/10/24, conforme a portaria nº 02 DE 07 de outubro de 2024, publicada no DO do Município no mesmo dia, foi contratado pela empresa CCOM TELECOM NO MÊS DE OUTUBRO DE 2024, fato que caracteriza o tráfico de influência no intuito de beneficiar a empresa CCOM TELECOM, considerando, ainda, que o fiscal de contrato nº 112/2020 foi o próprio Sr. Bernard. Tal fato configura conflitos de interesses envolvendo ocupantes de cargo no âmbito do Poder Executivo Municipal, que teve acesso às informações privilegiadas, conforme previsto na Lei Federal nº 12.813/2013, por analogia, e art. 37, caput da CF/88. O narrado demonstra que o atual prefeito, além de fazer uma licitação sem necessidade, considerando que o contrato nº 112/2020 finda em 16 de abril de 2025, ou seja, no próximo exercício financeiro e no próximo governo municipal, está beneficiando claramente a empresa C-COM TELECOM E SERVIÇOS LTDA.

Finalizando a impugnante solicita em seu pedido:

“Sendo assim, a fim de evitar comunicação ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre as supostas fraudes ora mencionadas, o que em tese, caracteriza crime contra a Administração Pública, nos termos do art. 337-F do Código Penal Brasileiro, com pena de reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa, bem como instauração de Inquérito Civil Público por ato de improbidade administrativa, requer a **ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024**. Pede e espera deferimento”.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la a Procuradoria Geral do Município, para análise, pronunciamento e parecer, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à pedido de **ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Diz o artigo 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021:

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao **último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Segue respondida Procuradoria Geral do Município. Informo que a mesma será disponibilizada em arquivo, conforme ANEXO I:

“IMPUGNAÇÃO A EDITAL DE LICITAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DE IRREGULARIDADE QUE JUSTIFIQUE A ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024. CONDUÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, PUBLICIDADE, IMPESSOALIDADE E ECONOMICIDADE. PELA REJEIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA E CONTINUIDADE REGULAR DO PROCESSO LICITATÓRIO.

A vereadora Daniela Aparecida de Carvalho da Silva apresentou impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 056/2024, que trata da contratação de serviços de internet pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto. Argumenta que houve irregularidades na pesquisa de preços, com envolvimento de duas empresas aparentemente pertencentes ao mesmo dono, caracterizando violação ao princípio da impessoalidade. Também aponta conflito de interesses, já que um ex-secretário municipal, vinculado à administração atual, foi contratado por uma das empresas participantes. Além disso, questiona a necessidade do certame, dado que o contrato vigente só expira em abril de 2025. Por essas razões, solicita a anulação do processo licitatório e alerta para possíveis consequências legais.

A Divisão de Licitação recebeu a impugnação e a encaminhou à Agente de Contratação, responsável pela condução do certame, nos termos do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021, que solicitou à Procuradoria Geral do Município, análise e parecer.

Essa é a síntese do processo.

1. Sobre a Impessoalidade e a Pesquisa de Preços

Embora a impugnante alegue que a pesquisa de preços foi feita de maneira tendenciosa, utilizando empresas com suposto vínculo, a legislação aplicável à pesquisa de mercado, como previsto no art. 23, IV da Lei 14.133/21, exige a consulta a no mínimo três fornecedores capacitados. A consulta foi realizada conforme previsto no edital, e não há proibição legal para que uma empresa em processo de aquisição por outra participe da cotação, desde que possua autonomia jurídica, fiscal e financeira para apresentar proposta.

Além disso, qualquer questionamento sobre o controle societário das empresas mencionadas deveria ser embasado em documentação oficial, como consulta a juntas comerciais ou relatórios de governança, o que não foi apresentado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

2. Sobre a Suposta Elevação Indevida de Preços

O aumento do valor mensal indicado no contrato em relação ao preço praticado em anos anteriores é explicado por diversos fatores, como inflação acumulada, atualizações de tecnologia, aumento de demanda por serviços e custos operacionais. Tais ajustes são comuns e baseiam-se no princípio da vantajosidade para a Administração, conforme avaliação do mercado e não apenas valores históricos.

O preço médio anual estimado pela Administração Pública foi fundamentado em pesquisa e segue os princípios da economicidade e eficiência. A diferença entre valores apresentados pelas empresas concorrentes é natural em licitações e não caracteriza, por si só, irregularidade.

3. Sobre a Contratação de Ex-Servidor e Suposto Conflito de Interesses

A contratação de ex-servidores por empresas privadas após o término de seu vínculo com a Administração Pública é uma prática permitida pela legislação, desde que respeitadas as condições legais. Eventuais alegações de conflito de interesses devem ser comprovadas de forma inequívoca, e não meramente apontadas de maneira genérica.

No caso em questão, o processo licitatório foi iniciado em 24/10/2024, ou seja, após o desligamento do servidor mencionado, ocorrido em 08/10/2024. Não há qualquer indício de que sua contratação pela empresa tenha violado normas legais ou configurado situação irregular.

Além disso, não foram apresentados elementos que demonstrem o uso de informações privilegiadas de forma ilícita ou qualquer interferência do ex-servidor no curso do processo licitatório.

4. Sobre a Suposta Falta de Necessidade da Licitação

A continuidade da prestação de serviços essenciais, como links de internet, exige planejamento e contratação antecipada. A Lei 14.133/21 incentiva a Administração a evitar contratações emergenciais e assegurar transição regular entre contratos. A realização da licitação, mesmo com contrato vigente, visa garantir a continuidade do serviço sem descontinuidade ao término do contrato atual.

5. Sobre a Alegação de Suposta Fraude e Pedido de Anulação do Certame

As alegações da impugnante sobre fraude carecem de provas concretas. A simples relação entre empresas ou a contratação de um ex-servidor não configuram, por si só, ilegalidades ou dolo. Não há elementos apresentados que comprometam a legalidade ou transparência do certame. A anulação do pregão, sem demonstração cabal de vícios que inviabilizem a competição ou causem prejuízo à Administração, é medida desproporcional e contrária ao interesse público.

Conclusão:

Com base nos fundamentos apresentados, não se verifica qualquer irregularidade que justifique a anulação do Pregão Eletrônico nº 56/2024. O certame está sendo conduzido em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade e economicidade. Deste modo, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

impugnação apresentada deve ser rejeitada, permitindo a continuidade regular do processo licitatório.

À Divisão de Licitação para conhecimento e deliberação”.

Após parecer da Procuradoria Geral do Município, esta Pregoeira/Agente de Contratação informa:

Resumidamente, a Requerente DANIELA APARECIDA DE CARVALHO DA SILVA impugnou o edital de pregão eletrônico nº. 056/2024, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LINKS INTERNET**, alegando elevação e desvantagem de preço para a administração, além de informar que uma das empresas que apresentou cotação pertence ao mesmo dono da empresa que atualmente presta serviço para esta administração e também apresentou cotação. Informa, ainda, em sua impugnação que o “Senhor Bernard de Oliveira Casamasso, ex-Secretário de Planejamento e de Chefe de Gabinete, que atuou neste governo desde 01/01/2017 até 08/10/24 foi contratado pela empresa C-COM TELECOM SERVIÇOS LTDA, fato que de acordo com a impugnante “caracteriza o tráfico de influência no intuito de beneficiar a empresa CCOM TELECOM”, o que “configura conflitos de interesses envolvendo ocupantes de cargo no âmbito do Poder Executivo Municipal, que teve acesso às informações privilegiadas, conforme previsto na Lei Federal nº 12.813/2013, por analogia, e art. 37, caput da CF/88”. Informa, também, que o “atual prefeito, além de fazer uma licitação sem necessidade”, está beneficiando a empresa que hoje presta este serviço a esta administração pública.

Vamos aos fatos trazidos a este pedido de impugnação levantados por esta Pregoeira/Agente de contratação e embasamento em sua decisão:

Importante esclarecer inicialmente que as cotações alvo da informada impugnação tratam-se de levantamento de mercado para apurar o valor médio a ser utilizado como valor de referência para o futuro certame licitatório que foi devidamente publicado no Diário Oficial Municipal e Jornal de Grande circulação, encontrando o edital disponível na plataforma BLL Compras, site oficial municipal, PNCP e portal da transparência, respeitando todos regulamentos legais.

De acordo com inciso I do Art. 11 da Lei 14.133/2021 o processo licitatório tem por objetivo:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

O processo de licitação, por sua vez, observará as seguintes fases, em sequência, conforme Art. 17 da Lei 14.133/2021:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

Sendo assim, o processo encontra-se na fase de divulgação do edital, que antecede a fase em que esta administração receberá a apresentação de propostas de licitantes interessados e lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Quanto as cotações apresentadas no processo licitatório, conforme parágrafo único do Artigo 87, do Decreto Municipal nº 3.584/2024, as cotações foram realizadas pela Secretaria solicitante, neste caso, a Secretaria de Planejamento e Gestão, portanto cumprindo legislação vigente.

Conforme parecer da Procuradoria Geral do Município, “não há proibição legal para que uma empresa em processo de aquisição por outra participe da cotação, desde que possua autonomia jurídica, fiscal e financeira para apresentar proposta, o que será demonstrado com documentação oficial a seguir.

Quanto a empresa C-COM TELECOM SERVIÇOS LTDA prestar serviço e possuir contrato com esta administração pública através do contrato nº 112/20 o fato é verdadeiro. Tal contrato foi originário do Pregão nº 015/2020, processo administrativo nº 4952/2019, publicado nos meios de comunicação e, portanto, **feito totalmente de acordo com a legalidade**. Cabe esclarecer que não há impedimento para que a atual contratada ofereça cotação para futuro certame licitatório.

Quanto aos valores apresentados pela Vereadora, impugnante do processo, algumas informações são relevantes a esta impugnação. O Pregão nº 015/2020 foi realizado em 03 de abril de 2020. A cláusula 2.2 do contrato mencionado diz: “O prazo de vigência do presente contrato é pelo período de 12 (doze) meses, podendo, a critério da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto ser prorrogado por mais 12 (doze) meses por um período sucessivo de até 60 meses”. Portanto, até o prazo de 60 (sessenta) meses **os aditivos tinham previsão e legalidade para acontecer**. Faço constar que a alegação de que há “elevação do preço do serviço em R\$ 6.394,60 mensais, sem a Administração justificar o aumento do preço” não deve prosperar, uma vez que está claro no termo de referência, constante no edital a descrição dos serviços, que sofreu considerável alteração na quantidade de pontos e velocidade do serviço contratado.

Faço constar que o valor inicial do PE nº 056/2024 de R\$ **520.035,24** (Quinhentos e vinte mil trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos)/anual, conforme RELAÇÃO DOS OBJETOS – ANEXO II do Edital, entretanto, o valor pode abaixar na fase de lances do certame licitatório. A título de comparação, no Pregão nº 015/2020, o valor inicial foi de R\$ 377.100,00 (trezentos e setenta e sete mil e cem reais)/anual e após os lances foi finalizado em R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais)/anual, demonstrando o desconto obtido.

A título de melhor entendimento informo abaixo uma tabela elaborada pelo Centro de Processamento de Dados desta Prefeitura, a pedido desta Pregoeira/Agente de Contratação, a respeito das quantidades de Mbps contratados em 2020 e as quantidades solicitadas no presente processo licitatório. A tabela, anexo II, demonstra que os valores informados pela impugnante, além de confusos, não demonstra nenhuma desvantagem para esta administração pública e justificando o aumento do preço da futura contratação, que pode ser “explicado por diversos fatores, como inflação acumulada, atualizações de tecnologia, aumento de demanda por serviços e custos operacionais”, conforme consta no parecer da Procuradoria.

Segue abaixo o comparativo do Pregão nº 015/2020 e o futuro certame licitatório:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Comparação Links e Velocidades
Secretarias e Paço Municipal

Pregão Nº15 Ano 2020					Licitação Atual				
Item	Local	Endereço	DOWNLOAD	UPLOAD	Item	UNIDADE	ENDEREÇO	DOWNLOAD	UPLOAD
1	Paço Municipal (LINK DEDICADO)	Estação (Centro)	100		1	prefeitura (LINK DEDICADO)	RUA PROF MARIA EMILIA PEREIRA ESTEVES	200	200
2	Secretaria de Ação Social (Bolsa Família)	Estação (Centro)	50		2	conselh tutel ar	RUA CORONEL FRANCISCO LIMONGI	920	460
3	Secretaria de Obras	Parque de Exposição	50		3	almoxarifado	RUA CORONEL FRANCISCO LIMONGI	920	460
4	Secretaria de Agricultura	Parque de Exposição	50		4	cras	RUA PROF MARIA EMILIA PEREIRA ESTEVES	920	460
5	Secretaria de Defesa Civil	Rua Alfredo Jacinto Franco	50		5	secretariadeobras	RUA ANDRE RAMPINI DO CARMO	920	460
6	Secretaria de Esporte	Rua Alfredo Jacinto Franco	50		6	secagricultura	RUA ANDRE RAMPINI DO CARMO	920	460
7	Creas	Rua Prof. Paulo Franco Wemeck Nº 530, Centro	50		7	creasvale	RUA PAULO FRANCO WERNECK	920	460
8	Cras	Estrada Silveira da Motta 25693	50		8	Arquivo/DETRAN	RUA CORONEL FRANCISCO LIMONGI	920	460
					9	cemiteriomunicipal	RUA JOSE AFONSO DE PAULA	920	460
					10	Base defesa Civil	RODOVIA PROF MARIA EMILIA PEREIRA ESTEVES	920	460
					11	DIMUTRAN	RODOVIA PROF MARIA EMILIA PEREIRA ESTEVES	920	460
					12	interexposicao	RUA ANDRE RAMPINI DO CARMO	920	460
					13	Ginasio	ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA	920	460
					14	Ponto extra (Não habilitado) - 01		920	460
					15	Ponto extra (Não habilitado) - 02		920	460
					16	Ponto extra (Não habilitado) - 03		920	460
					17	Ponto extra (Não habilitado) - 04		920	460
					18	Ponto extra (Não habilitado) - 05		920	460
					19	Ponto extra (Não habilitado) - 06		920	460
					20	Ponto extra (Não habilitado) - 07		920	460
					21	Ponto extra (Não habilitado) - 08		920	460
					22	Ponto extra (Não habilitado) - 09		920	460
					23	Ponto extra (Não habilitado) - 10		920	460



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Comparação Links e Velocidades Secretaria de Saúde									
Pregão Nº15 Ano 2020					Licitação Atual				
Item	Local	Endereço	DOWNLOAD	UPLOAD	Item	UNIDADE	ENDEREÇO	DOWNLOAD	UPLOAD
1	Secretaria Municipal de Saúde	Rua Professora Maria Emília Esteves, 617 - Centro	50		1	PSF PIÃO	RUA JOSE MANOEL SOARES	920 Mbps	460 Mbps
2	Hospital (LINK DEDICADO)	Rua Professora Maria Emília Esteves, 617 - Centro	40		2	PSF CENTRO	RUA ENGENHEIRO FULLER TREDGET	920 Mbps	460 Mbps
3	Central Municipal de Regulação	Rua Professora Maria Emília Esteves, 617 - Centro	50		3	PSF BOA VISTA	ESTRADA SOLI RAMPINI	920 Mbps	460 Mbps
4	SAMU	Rua Professora Maria Emília Esteves - Centro	50		4	PSF POUSO ALEGRE	RUA AMANDIO EVANGELISTA DO CARMO	920 Mbps	460 Mbps
5	Unidade de Saúde da Família de São Lourenço	Estrada de São Lourenço, s/n	50		5	PSF JAGUARA	ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA	920 Mbps	460 Mbps
6	Unidade de Saúde da Família de Pouso Alegre	Estrada Armandio Evangelista do Carmo, s/n	50		6	PSF CONTENDAS	Estrada de Contendas	920 Mbps	460 Mbps
7	Unidade de Saúde da Família de Roçadinho	Estrada do Roçadinho, s/n	50		7	PSF PEDRAS BRANCAS	RUA WALDOMIRO DE SOUZA	920 Mbps	460 Mbps
8	Unidade de Saúde da Família de Boa Vista	Estrada Boa Vista Serra do Capim, s/n	50		8	PSF ROÇADINHO	ESTRADA DO ROCADINHO	920 Mbps	460 Mbps
9	Unidade de Saúde da Família de Jaguará	Estrada Silveira da Motta, s/n	50		9	PSF BARRINHA	ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA	920 Mbps	460 Mbps
10	Unidade de Saúde da Família de Contendas	Estrada Silveira da Motta, s/n	50		10	PSF SÃO LOUENÇO	ESTRADA DE SAO LOURENCO	920 Mbps	460 Mbps
11	Unidade de Saúde da Família de Barrinha	Estrada Silveira da Motta, s/n	50		11	POLICLINICA	ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA	920 Mbps	460 Mbps
12	Unidade de Saúde da Família do Centro	Rua dos Araújo, 100 - Centro	50		12	SAMU	ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA	920 Mbps	460 Mbps
13	Unidade de Saúde da Família de Pedras Brancas	Rua Waldomiro de Souza – Pedras Brancas	50		13	FISIOTERAPIA	RUA CORONEL FRANCISCO LIMONGI	920 Mbps	460 Mbps
14	Centro de Especialidades Odontológicas	Praça João Wernneck, 55 – 3º andar sala 304, 305, 306 e 307, Shopping da Praça	50		14	SAÚDE MENTAL	PRACA JOAO WERNECK	920 Mbps	460 Mbps
15	Centro de Saúde Mental	Rua dos Araújo, 100, Centro	50		15	CAPS	ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA	920 Mbps	460 Mbps
16	Policlínica	Rua Engenheiro Fuller Tredget, s/n, Pq. Vera Lúcia	50		16	CEO	PRACA JOAO WERNECK	920 Mbps	460 Mbps
17	Farmácia Municipal	Rua Cel. Francisco Limongi - Estação	50		17	FARMÁCIA	RUA ENGENHEIRO FULLER TREDGET	920 Mbps	460 Mbps
18	CAPS	Estrada Silveira da Motta, km 25 - Centro	50		18	REGULAÇÃO HMST	RUA PROF MARIA EMILIA PEREIRA ESTEVES	920 Mbps	460 Mbps
19	Ambulatório de Fisioterapia	Rua Cel. Francisco Limongi - Estação	50		19	SECRETARIA	RUA PROF MARIA EMILIA ESTEVES	920 Mbps	460 Mbps



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

20	HOSPITAL (Rede wifi aberta)	RUA PROF MARIA EMILIA PEREIRA ESTEVES	920 Mbps	460 Mbps
21	HOSPITAL LINK DEDICADO	RUA PROF MARIA EMILIA PEREIRA ESTEVES	100 MB DEDICADO	100 MB DEDICADO
22	PONTO EXTRA 1 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
23	PONTO EXTRA 2 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
24	PONTO EXTRA 3 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
25	PONTO EXTRA 4 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
26	PONTO EXTRA 5 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
27	PONTO EXTRA 6 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
28	PONTO EXTRA 7 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
29	PONTO EXTRA 8 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
30	PONTO EXTRA 9 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps
31	PONTO EXTRA 10 - Não Habilitado		920 Mbps	460 Mbps



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Comparação Links e Velocidades Secretaria de Educação									
Pregão Nº15 Ano 2020					Licitação Atual				
Item	Local	Endereço	DOWNLOAD	UPLOAD	Item	UNIDADE	ENDEREÇO	DOWNLOAD	UPLOAD
1	Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia	Rua Coronel Francisco Limongi, nº 100 – Centro	50Mb		1	Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia	Estrada Silveira da Motta – Águas Claras.	920 Mbps	460 Mbps
2	Biblioteca Municipal	Rua Paulo Franco Werneck	15Mb		2	Biblioteca Municipal Nancy de Castro Esteves	Rua Paulo Franco Werneck, 234 - Centro.	920 Mbps	460 Mbps
3	Centro de Cultura	Novo Centro	20Mb		3	C.M.E.I. Aurino da Costa Carvalho	Servidão Madalena Xavier de Carvalho, 27 - Santa Fé.	920 Mbps	460 Mbps
4	E. M. Amândio Evangelista do Carmo	Pouso Alegre	20Mb		4	C.M.E.I. Helena Dolianiti de Souza	Estrada de São Lourenço, s/nº - São Lourenço.	920 Mbps	460 Mbps
5	E.M. Aurino da Costa Carvalho	Santa Fé	20Mb		5	C.M.E.I. Vicente Morelli	Estrada Silveira da Motta, 14645 - Parada Morelli.	920 Mbps	460 Mbps
6	E. M. Barão de Águas claras	Águas Claras	20Mb		6	Centro de Cultura Doutor Eugênio Ruótullo Neto	Rua Alfredo Jacinto Franco, 80 - Novo Centro.	920 Mbps	460 Mbps
7	E. M. Cardeal Dom Sebastião Leme	São Lourenço	50Mb		7	E. M. Amândio Evangelhista do Carmo - 01	Rua Seis de Setembro, s/n - Pouso Alegre.	920 Mbps	460 Mbps
8	E. M. Irene Lima	Barrinha	20Mb		8	E. M. Amândio Evangelhista do Carmo - 02	Rua Seis de Setembro, s/n - Pouso Alegre.	920 Mbps	460 Mbps
9	E. M. José Affonso de Paula	Contendas	50Mb		9	E. M. Barão de Águas Claras - 01	Estrada Silveira da Motta, Km 22 - Águas Claras.	920 Mbps	460 Mbps
10	E. M. Maria Emília Pereira Esteves	Boa Vista	20Mb		10	E. M. Barão de Águas Claras - 02	Estrada Silveira da Motta, Km 22 - Águas Claras.	920 Mbps	460 Mbps
11	E. M. Prefeito Bianor Martins Esteves	Centro	50Mb		11	E. M. Cardeal Dom Sebastião Leme - 01	Estrada de São Lourenço, Km 05 - São Lourenço.	920 Mbps	460 Mbps
12	E. M. Santa Isabel	Jaguara	50Mb		12	E. M. Cardeal Dom Sebastião Leme - 02	Estrada de São Lourenço, Km 05 - São Lourenço.	920 Mbps	460 Mbps
13	E. M. Vicente Morelli	Parada Morelli	20Mb		13	E. M. Cardeal Dom Sebastião Leme - 03	Estrada de São Lourenço, Km 05 - São Lourenço.	920 Mbps	460 Mbps
14	E. M. Helena Dolianiti de Souza	São Lourenço	20Mb		14	E. M. Domingos José Teixeira - 01	Estrada Serra do Capim, S/N. Bairro: Serra do Capim	920 Mbps	460 Mbps
					15	E. M. Irene Lima - 01	Rua Irene Lima, s/n - Barrinha	920 Mbps	460 Mbps
					16	E. M. Irene Lima - 02	Rua Irene Lima, s/n - Barrinha	920 Mbps	460 Mbps
					17	E. M. José Affonso de Paula - 01	Rua Jacinto Cabral da Ponte, s/nº - Contendas.	920 Mbps	460 Mbps
					18	E. M. José Affonso de Paula - 02	Rua Jacinto Cabral da Ponte, s/nº - Contendas.	920 Mbps	460 Mbps
					19	E. M. José Affonso de Paula - 03	Rua Jacinto Cabral da Ponte, s/nº - Contendas.	920 Mbps	460 Mbps



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

20	E. M. José Affonso de Paula - 04	Rua Jacinto Cabral da Ponte, s/nº - Contendas.	920 Mbps	460 Mbps
21	E. M. Maria Emília Pereira Esteves - 01	Rodovia Bianor Martins Esteves, Km 01 - Valverde.	920 Mbps	460 Mbps
22	E. M. Maria Emília Pereira Esteves - 02	Rodovia Bianor Martins Esteves, Km 01 - Valverde.	920 Mbps	460 Mbps
23	E. M. Prefeito Bianor Martins Esteves - 01	Rua Alfredo Jacinto Franco, 67 - Novo Centro.	920 Mbps	460 Mbps
24	E. M. Prefeito Bianor Martins Esteves - 02	Rua Alfredo Jacinto Franco, 67 - Novo Centro.	920 Mbps	460 Mbps
25	E. M. Prefeito Bianor Martins Esteves - 03	Rua Alfredo Jacinto Franco, 67 - Novo Centro.	920 Mbps	460 Mbps
26	E. M. Prefeito Bianor Martins Esteves - 04	Rua Alfredo Jacinto Franco, 67 - Novo Centro.	920 Mbps	460 Mbps
27	E. M. Santa Isabel 01	Rua José Luís Ribeiro Caputo, 180 - Jaguará.	920 Mbps	460 Mbps
28	E. M. Santa Isabel 02	Rua José Luís Ribeiro Caputo, 180 - Jaguará.	920 Mbps	460 Mbps
29	E. M. Santa Isabel 03	Rua José Luís Ribeiro Caputo, 180 - Jaguará.	920 Mbps	460 Mbps
30	E. M. Maria Euquépia - 01	Estrada Affonso Rodrigues Bittencourt, 2720, Roçadinho	920 Mbps	460 Mbps
31	Ponto extra Dedicado (Não habilitado) - 01		200 Mbps	200 Mbps
32	Ponto extra (Não habilitado) - 02		920 Mbps	460 Mbps
33	Ponto extra (Não habilitado) - 03		920 Mbps	460 Mbps
34	Ponto extra (Não habilitado) - 04		920 Mbps	460 Mbps
35	Ponto extra (Não habilitado) - 05		920 Mbps	460 Mbps
36	Ponto extra (Não habilitado) - 06		920 Mbps	460 Mbps
37	Ponto extra (Não habilitado) - 07		920 Mbps	460 Mbps
38	Ponto extra (Não habilitado) - 08		920 Mbps	460 Mbps
39	Ponto extra (Não habilitado) - 09		920 Mbps	460 Mbps
40	Ponto extra (Não habilitado) - 10		920 Mbps	460 Mbps



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Quanto a informação de que a empresa ACESSA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inclusive com print de tela do Facebook enviado pela impugnante, esta Pregoeira/Agente de Contratação trabalha com fatos documentais. Abaixo segue o quadro societário da empresa ACESSA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, que alegam ser do mesmo dono da empresa C.COMTELECOM SERVIÇOS LTDA, bem como o quadro societário desta última, acessado na data de ontem no site da Receita Federal. Cabe ressaltar que as demais documentações das empresas que ofertaram cotações, seguem no anexo III.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

01.472.702/0001-30

NOME EMPRESARIAL:

C-COMTELECOM SERVICOS LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

CARLOS EDUARDO LAGRECA ALVES

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 02/12/2024 às 09:37 (data e hora de Brasília).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

06.338.921/0001-45

NOME EMPRESARIAL:

ACESSA TELECOMUNICACOES LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

NILTON GOMES BATISTA JUNIOR

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/12/2024 às 09:39 (data e hora de Brasília).

Nos documentos acima fica demonstrado, de forma clara, que consta como proprietário e/ou sócio administrador da empresa ACESSA TELECOMUNICAÇÕES LTDA nome de sócio administrador diferente do que informado pela impugnante, não sendo apresentado documento oficial pertinente que prove o fato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Quanto a informação da impugnante da “suposta fraude realizada”, de acordo com os documentos apresentados, “carecem de provas concretas”, o que não foi vislumbrado por esta Pregoeira/Agente de Contratação.

Faço constar de forma clara as seguintes informações: o ex-Secretário de Planejamento e Gestão, foi exonerado em 08/10/2024, o processo licitatório em tela foi inicializado em 24/10/2024, as data das cotações constam de 25/10/2024 (Unifibra), 28/10/2024 (Acessa) e 29/10/2024 (C-Com), E A PUBLICAÇÃO DO FACEBOOK, DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2024, posterior à publicação do certame que ocorreu dia 19 de novembro de 2024. Portanto, sem fundamento e sem provas o informado pela impugnante quanto ao “acesso às informações privilegiadas”.

Sendo assim, resta claro, através das datas apresentadas acima, que as cotações foram feitas sem conhecimento da pasta solicitante da “possível aquisição da empresa Acessa pela empresa C-Com”, confirmado através de pesquisa à Receita Federal, conforme acima exposto.

Quanto a informação de que “o fiscal de contrato nº 112/2020 foi o próprio Sr. Bernard”, a informação não procede. Os fiscais do contrato 112/2020, conforme item 7.1.2 do contrato, são os Senhores Emanuel Madeira de Barros, Jefferson Gomes Machado e Fabio Mauricio Esteves, permanecendo esses mesmos Senhores no presente edital de licitação, conforme item 8, letra “d” do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

Quanto a informação da impugnante de que “Tal fato configura conflitos de interesses envolvendo ocupantes de cargo no âmbito do Poder Executivo Municipal, que teve acesso às informações privilegiadas, conforme previsto na Lei Federal nº 12.813/2013, por analogia, e art. 37, caput da CF/88, é uma acusação grave e merece atenção, entretanto, não foi apresentado a esta Pregoeira/Agente de contratação pela impugnante as referidas provas que demonstre a ilegalidade ao processo licitatório.

Quanto a impugnação da Requerente de que o “atual prefeito, além de fazer uma licitação sem necessidade”, está beneficiando a empresa que hoje presta este serviço a esta administração pública, destaco o que diz a Lei nº 14.133/2021 quanto a fase de planejamento de qualquer licitação, primando pela continuidade da prestação dos serviços continuados.

Ressalto que a fase preparatória, associada ao planejamento (que trata-se de importante princípio presente na nova lei de licitações), consta como a primeira etapa da licitação, conforme artigo 17, inciso I da Lei 14.133/2021. A este princípio consta o ato da administração pública se planejar com antecedência a fim de garantir, dentre outros, que o serviço em questão seja contratado em tempo hábil, ou seja, antes do término do atual contrato, a fim de evitar a interrupção do serviço. Ressalto, ainda, que qualquer certame licitatório é passível de sofrer pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos, que podem atrasar o objetivo final de contratar o objeto desejado, motivo o qual o certame, devidamente autorizado naquele momento, foi agendado para dia 05 de dezembro de 2024.

Faço constar, a título de informação, que o documento “Equipe Transição INFORMAÇÕES” enviado à Comissão de Transição, por meio impresso e pen drive entregue ao Coordenador consta a seguinte informação: **“PREGÃO Nº 015/2020 - Internet - Contrato nº 112-2020 vence em 16/04/2025 – C-COM TELECOM SERV. Ltda, 4º Aditivo – Nova licitação, Processo novo em andamento nº 15113/2024”**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Por fim, para garantir que o julgamento desta impugnação seja imparcial e certificar que todo o acima exposto é verídico, bem como assegurar que o certame licitatório, cujo objeto é indispensável para a Prefeitura, sugiro que o setor solicitante, responsável pelas cotações, assegure, por meio de documentação formal, que a empresa Acessa e C.Com não são do mesmo proprietário, ou então que as cotações sejam refeitas.

Com isso:

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 056/2024, apresentado pela Senhora **DANIELA APARECIDA DE CARVALHO DA SILVA**, Vereadora do Município de São José do Vale do Rio Preto e integrante da Comissão de Transição, por meio da plataforma BLL Compras e processo nº 16609/2024;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando o indeferimento pela Procuradoria Geral do Município da impugnação interposta, bem como, todo o exposto esta Pregoeira/Agente de Contratação, opina pelo indeferimento da impugnação interposta, sugerindo que o processo seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão para diligência junto a empresa Acessa a fim de certificar a respeito do seu real proprietário e/ou realizar novas cotações de referência para o certame licitatório, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o parecer da Procuradora Geral do Município, opina pelo indeferimento do pedido de impugnação, feito pela Senhora **DANIELA APARECIDA DE CARVALHO DA SILVA**, sugerindo que seja realizado diligência conforme sugestão acima, permanecendo o Pregão Eletrônico nº 56/2024, a ocorrer na data e horário estipulado, o início da sessão de disputa de preços as 10:00h, do dia 05 de dezembro de 2024. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, PNCP, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

São José do Vale do Rio Preto, em 03 de dezembro de 2024.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação